

QUID EST VERITAS? - A CRÍTICA AO REALISMO DA LINGUAGEM EM NIETZSCHE

QUID EST VERITAS? - THE CRITICAL TO THE REALISM OF THE LANGUAGE IN NIETZSCHE

Renato Nunes Bittencourt*

RESUMO: A perspectiva realista da linguagem elaborada por Platão considera que as palavras e conceitos representam entidades absolutas, abstratas, independentes da mente humana. A crítica de Nietzsche a esta referida concepção consiste na hipótese de que as palavras que constituem o vocabulário cotidiano e a própria estrutura da gramática não expressam uma essência interna subsistente. Como superação do realismo platônico, Nietzsche propõe o perspectivismo da linguagem, considerando que não existe um discurso ou verdades absolutas, mas somente interpretações singulares sobre as coisas. Esta pesquisa, portanto, pretende elucidar as reflexões empreendidas por Nietzsche acerca da natureza da linguagem, demonstrando seu posicionamento crítico perante esta questão e a proposta do perspectivismo como possibilidade de superação do dogmatismo na filosofia.

PALAVRAS-CHAVE: Verdade. Linguagem. Convenção.

ABSTRACT: The realistic perspective of the language elaborated for Plato considers that the words and concepts represent absolute entities, abstract, independent of the mind human being. The critical one of Nietzsche to this related conception consists of the hypothesis of that the words that constitute the daily vocabulary and the proper structure of the grammar do not express an internal subsistent essence. As overcoming of the platonic realism, Nietzsche considers the perspectivism of the language, considering that a speech or absolute truths does not exist, but only singular interpretations on the things. This research, therefore, intends to elucidate the reflections undertaken for Nietzsche concerning the nature of the language, demonstrating its critical positioning before this question and the proposal of the perspectivism as possibility of overcoming of the dogmatism in the philosophy.

KEY WORDS: Truth. Language. Convention.

*Como é agradável que haja palavras e sons!
Não são as palavras e os sons os arco-íris e as pontes fictícias
ligando aquilo que está eternamente separado? [...].
Não foram os nomes e os sons dados às coisas,
para que o homem se recreasse com elas?
É uma linda doídice a fala:
graças a ela, o homem dança por cima de todas as coisas.
Que aprazíveis são toda a fala e a mentira dos sons!
Com os sons, o nosso amor dança sobre arco-íris multicores.
NIETZSCHE. Assim falava Zarathustra, III, "O Convalescente", § 2.*

* Doutorando em Filosofia-UFRJ/CNPq Contato: seminarioppgf@yahoo.com.br

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

Introdução

A perspectiva realista da linguagem, que encontra na obra de Platão os seus traços pioneiros, se caracteriza por defender a idéia que as palavras e conceitos constituintes da linguagem representam entidades absolutas, abstratas, independentes da mente humana. A crítica de Nietzsche a esta referida concepção consiste na hipótese de que as palavras que constituem o vocabulário cotidiano e a própria estrutura da gramática não expressam uma essência interna, que subsista ontologicamente por si mesma. Desse modo, ao pretender destruir os alicerces teóricos da tendência filosófica que estabelece uma espécie de “metafísica da linguagem”¹, associada imediatamente a uma visão moral de mundo de bases teológicas, Nietzsche considera que o sistema de linguagem seria uma mera convenção humana, desenvolvida para facilitar o domínio do homem gregário sobre os elementos da natureza e favorecer comunicações rudimentares entre os membros de uma comunidade, de modo que as palavras seriam apenas títulos, denominações concedidas aos objetos para se evitar o caos dos discursos, possibilitando assim o estabelecimento de interações humanas. Conforme veremos no decorrer deste texto, para a perspectiva nietzschiana, se porventura as palavras e todo o aparato da linguagem não expressam a essências das coisas, não se poderia conceder à verdade um caráter atemporal, absoluto, mas sim um estatuto estritamente condicionado pelas contingências circunstanciais da vida cotidiana da humanidade, concernentes ao conjunto de valores e idéias que constituem a visão de mundo do grupo dominante que estabelece arbitrariamente os códigos lingüísticos e as suas respectivas convenções semânticas.

Pretendendo superar a concepção do realismo platônico da linguagem e fornecer uma visão imanente acerca da idéia de verdade e da natureza das palavras, Nietzsche propõe uma espécie de perspectivismo da linguagem, considerando que não existe um discurso ou verdades absolutas, mas somente interpretações singulares acerca dos acontecimentos. Segundo a argumentação nietzschiana, ao adotar-se essa postura crítica em relação ao conhecimento, poder-se-ia superar o tradicional dogmatismo na filosofia e os seus conseqüentes preconceitos intelectuais, cristalizados por uma infundável busca por um grau de “verdade” que não existe efetivamente.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

A linguagem e a verdade

Nietzsche, a partir das reflexões que empreendeu acerca de temas referentes à natureza da linguagem, desenvolve a idéia de que um dos principais equívocos cometidos pela filosofia de Platão acerca da natureza da linguagem e as tendências derivadas imediatamente a partir de suas influências, residiriam na questão destas perspectivas terem concedido um estatuto de imutabilidade à estrutura da linguagem e, conseqüentemente, às palavras, consolidando, por conseguinte, o “realismo da linguagem”. Segundo essa tese, as palavras representariam não apenas os objetos singulares, concretos, mas seus próprios arquétipos primordiais, as Idéias, situadas para além das categorias do espaço e do tempo, do constante fluxo do vir a ser no qual todas as coisas estão submetidas. Conseqüentemente, os partidários desta doutrina outorgam à estrutura da linguagem a capacidade semântica e a possibilidade ontológica de representar a essência das coisas, dos objetos, da totalidade do mundo. Essa é a “metafísica da gramática”, pois fundamenta a origem da linguagem em uma dimensão lógica transcendente aos liames da realidade concreta. A própria estrutura da linguagem é em si mesma metafísica, conforme argumenta Silvia P. V. Rocha, na medida em que supõe a existência de uma substancia e a possibilidade de predicação². A Idéia, abstrata, imaterial, representando aquilo que seria o objeto em si, concederia, ao nível da realidade, o significado ontológico para a pluralidade dos objetos singulares, meros simulacros, imperfeitos e opacos, dessa dimensão supra-sensível. A filosofia platônica da linguagem, especialmente no *Crátilo*, segue essa diretriz, preconizando a plena capacidade das palavras expressarem semanticamente a totalidade dos fatos constituintes da realidade de modo preciso, claro e definido, pois as palavras designariam de modo preciso as próprias essências dos objetos figurados. O mote da obra é a proposta platônica de investigar se porventura existe um nexos lógico e ontológico entre o objeto e a sua denominação, a partir da justeza dos nomes em relação às coisas³. Tanto para o personagem título da obra como para o personagem Sócrates, porta-voz das teses platônicas, as palavras seriam capazes de expressar adequadamente as coisas, pois existiria esse pretensível vínculo essencial entre o nome e o objeto, ou seja, o nome expressa, na sua

¹ NIETZSCHE, F. *Crepúsculo dos Ídolos*. Trad. P. C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. “A ‘razão’ na Filosofia”, § 5.

² ROCHA, S. P. V. *Os abismos da suspeita: Nietzsche e o perspectivismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 99.

³ PLATÃO. *Crátilo*. Trad. de C. A. Nunes. Belém: Ed. UFPA, 2003, 383a. Doravante indicado por *Crátilo*.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

própria forma lógica, a essência da coisa designada. O personagem Crátilo defende através dessa tese que o conteúdo e forma da linguagem se associam por natureza ao objeto designado, ao considerar que “é possível dizer por meio da palavra o que é e o que não é”⁴.

Como contraponto a esta perspectiva, devemos destacar a interpretação de Hermógenes, que preconizava a inexistência de um vínculo natural entre o objeto e a sua denominação, considerando que essa relação seria puramente convencional, de modo que o nome do objeto decorreria diretamente da escolha daquele que detém o poder de intitular as coisas, o legislador. Segundo o discurso de Hermógenes, nenhum nome é dado por natureza a qualquer coisa, mas pela lei e o costume dos que se habituaram a chamá-la dessa maneira⁵. Quando o homem denomina um dado objeto, no decorrer desse processo semântico ele não estaria pensando na associação lógica entre a palavra e a coisa, mas apenas numa denominação que descreva o objeto tal como ele aparece para o homem que concede o nome para as coisas, como uma espécie de etiqueta ontológica que expressa de modo preciso a essência de algo. Com efeito, na *Genealogia da Moral*, I, § 2, Nietzsche defende a tese de que são os homens destacados numa sociedade, “os senhores”, que portam o direito de nomear as coisas, como que, apontando para elas, dissessem: “isto é isto”, marcando cada coisa e acontecimento com um som, como que apropriando-se assim das coisas. Cada acontecimento recebe tanto o estatuto de designado quanto um nome específico, cuja procedência, em ambos os casos, remete à ação senhoril de designação das coisas. Tendo em vista os argumentos apresentados, podemos considerar a perspectiva de Hermógenes muito similar com a que Nietzsche desenvolve em sua compreensão sobre a dinâmica da linguagem, conforme exposto anteriormente. Entretanto, o posicionamento filosófico sobre a linguagem que prevalece nessa contenda semântica é o de Crátilo. Aliás, há que se destacar que Sócrates dá razão a Crátilo quando este defende que os nomes das coisas derivam de sua natureza e que nem todo homem é formador de nomes, mas apenas o que, olhando para o nome que cada coisa tem por natureza, sabe como exprimir com letras e sílabas sua idéia fundamental⁶.

O platonismo, ao preconizar a existência da dicotomia sensível-inteligível, do singular e do universal, da cópia e da Idéia, retira do mundo físico o seu teor de veracidade, trasladando o seu sentido essencial para uma esfera metafísica, dimensão perfeita e plena do real. Desse modo, na interpretação sobre a linguagem desenvolvida por Platão, a palavra deve

⁴ PLATÃO. *Crátilo*, 385b.

⁵ PLATÃO. *Crátilo*, 384d.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

ter a plena capacidade de representar a essência do objeto, uma vez que ela trata não do singular, do concreto e perecível, mas do universal, da Idéia pura, abstrata e eterna. Conforme argumenta Foucault, a tarefa fundamental do “discurso” clássico consiste em atribuir um nome às coisas e com esse nome nomear o seu ser⁷. A partir do estudo do *Crátilo*, podemos ainda perceber o esforço de Sócrates-Platão em justificar a pretensa possibilidade da palavra, do nome, de representar adequadamente a essência das coisas. Não podemos, contudo, negar que o método de exposição utilizado por Sócrates é muito elaborado, de forma que, por meio de suas seguras argumentações, ao término do diálogo, sua perspectiva prevaleceria sobre a de Hermógenes. No entanto, devemos destacar que a preocupação maior de Sócrates seria a de simplesmente justificar a tese de que o nome concedido para as coisas representa efetivamente as mesmas. Numa das partes mais importantes da obra, Sócrates analisa minuciosamente os nomes dos deuses gregos, considerando que cada um deles possui um nome que corresponde diretamente aos seus atributos. Por essa estrita perspectiva, Sócrates não deixaria de ter razão, uma vez que seu empreendimento investigativo, na verdade, apenas se limitava ao ato de comprovar se o nome que é dado aos deuses pelo legislador, aquele que detém o poder de designar as coisas, se relaciona com suas características manifestadas.

Contudo, a crítica da linguagem elaborada por Nietzsche alcança o cerne daquilo que foi ignorado pelo olhar socrático-platônico: a própria formulação original dos nomes das coisas. Afinal, enquanto Sócrates se preocupava em comprovar se o nome “Apolo” correspondia precisamente aos tradicionais atributos do deus Apolo⁸, Nietzsche, por sua vez, no seu projeto de desmistificação da “metafísica da linguagem”, se propõe a interpretar a própria etimologia das palavras, defendendo então a perspectiva que elas são apenas designações arbitrárias concedidas pelo homem no ato de denominação de uma coisa. Por conseguinte, qualquer tipo de denominação, quando elaborada pelo homem como forma de representar semanticamente alguma coisa, não mantém vínculo com a sua “essência”, cuja noção, na concepção nietzschiana, é uma mera ilusão gerada pela racionalidade humana, na pretensão de encontrar termos gerais, comuns, entre os objetos do mundo, favorecendo assim o compartilhamento de experiências. De acordo com Éric Blondel, “Nietzsche etimologista chega a conclusões radicalmente opostas às de Crátilo. Segundo ele, a etimologia não prova a

⁶ PLATÃO. *Crátilo*, 390e.

⁷ FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das Ciências Humanas* Trad. de S. T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 169.

⁸ PLATÃO. *Crátilo*, 405b-406b.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

“naturalidade” da linguagem, mas, ao contrário, sua convencionalidade, seu caráter arbitrário, sua “falsidade”⁹. A palavra não expressa jamais de maneira adequada os atributos e propriedades de uma coisa, pois o seu substrato semântico, compreendido por um viés imanente, não é o de substituir a presença física dessa coisa pela designação abstrata, mas sim de conceder uma significação (parcial) entre muitas outras possíveis¹⁰. Dessa maneira, poderíamos considerar que uma palavra, “pedra”, por exemplo, que representa semanticamente um objeto composto de minerais, de acordo com as circunstâncias daqueles que estabeleceram os códigos de linguagem, poderia receber qualquer outra denominação, e esta de modo algum poderia ser imputada seria ilógica. A linguagem de signos, que reúne todas as leis observadas, não explica nada, pois é somente uma maneira de descrever o mais resumidamente possível um acontecimento. Nietzsche certamente pensaria que o grande problema retórico e semântico desse processo epistemológico surge quando acreditamos que o objeto “pedra” possui esse nome em virtude da manifestação imediata de sua pretensa essência, como se esta revelasse explicitamente o seu próprio sentido originário. Nietzsche demonstra uma contundente contraposição a essa proposta platônica, e a primeira etapa que o filósofo desenvolve para conseguir justificar seu ponto de vista acerca dessa questão, consiste no ato de “demolir” os alicerces desta teoria da linguagem sustentada por uma gnosiologia metafísica, caracterizada assim por preconizar a divisão ontológica do mundo e sua realidade em duas instâncias qualitativas: Uma dimensão ideal, transcendente, estável, atemporal, perfeita, onde estariam não as coisas singulares, mas as Idéias universais, ou seja, os arquétipos de todos os objetos particulares do mundo fenomênico; uma dimensão material, imanente, imputada assim como ontologicamente imperfeita, pelo fato de estar inserida no constante fluxo do devir (expressão de um mundo instável, em movimento), desprovida de uma realidade intrínseca, extraindo, conseqüentemente, o seu grau de existência a partir do mundo superior, do qual expressaria tão somente os reflexos opacos de sua sutil substancialidade.

Portanto, de acordo com essa visão de mundo idealista, a realidade fenomenal não possuiria uma realidade substancial, ontológica. Nesta doutrina, a idéia de “verdade” estaria

⁹ BLONDEL, E. “As Aspas de Nietzsche: Filologia e Genealogia”. Trad. de M. Nascimento In: MARTON, S. (org.) *Nietzsche Hoje?* São Paulo: Brasiliense, 1985, p.115. Conforme Fernando BELO expõe em *Leituras de Aristóteles e de Nietzsche*, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994, p. 224, “Arbitrária, a designação diz respeito apenas às relações coisas/homem; a formação da língua joga ao nível do arbitrário”.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

vinculada ao discurso inserido no âmbito do eterno, imutável, perfeito, referentes a conceitos cujos parâmetros valorativos para além da multiplicidade e da transitoriedade imposta pelo devir, enquanto aquilo que se denomina por “mentira” seria o discurso realizado na enunciação de juízos acerca do que se considera a realidade fenomênica, que não possui uma realidade absoluta, que expresse seus graus de existência por si mesma¹¹. Em prol da superação desta perspectiva idealista, Nietzsche realiza uma inversão das premissas que tradicionalmente proporcionaram a divisão da realidade e a depreciação do mundo da vida:

O “mundo verdadeiro” – uma idéia que para nada mais serve, não mais obriga a nada – idéia tornada inútil, *logo* refutada: vamos eliminá-la! [...] Abolimos o mundo verdadeiro: que mundo restou? O mundo aparente, talvez?... Não! *Com o mundo verdadeiro abolimos também o mundo aparente!*¹²

Através destas considerações, Nietzsche ressalta a idéia de que se retira do mundo concreto a sua denominação de “aparente”, conforme designado pela visão de mundo idealista, a partir do momento que se abole a divisão metafísica entre o mundo físico e o mundo supra-sensível, posto que a idéia de “aparente” somente se torna legítima quando se contrapõe a ela a idéia de “verdadeiro”. Portanto, de acordo com o posicionamento axiológico de Nietzsche, quando se supera estas referidas distinções conceituais entre “perfeito” e “imperfeito”, “verdadeiro” e “aparente”, permanece tão somente a realidade dinâmica em que vivemos, para além dos juízos morais de valor. Em concordância com os argumentos de Nietzsche, podemos afirmar que não existiriam quaisquer fatos ou objetos a que se possa conceder o estatuto de verdade em termos absolutos, mas somente perspectivas avaliativas caracteristicamente singulares acerca dos mesmos.

Prosseguindo neste empreendimento crítico, há que se ressaltar a idéia de que a estrutura semântica das palavras e da linguagem também não é capaz de representar a totalidade e a essência dos objetos, mas somente pode designá-los de maneira arbitrária, através de uma perspectiva que deve ser interpretada considerando-se as circunstâncias históricas, de acordo com os motivos e necessidades vitais de um determinado grupo social de

¹⁰ De certa maneira, podemos considerar que há uma proximidade axiológica entre a temática nietzschiana e a de BARTHES, R. *Mitologias*. Trad. R. Buongiorno e Pedro de Souza. São Paulo: DIFEL, 1995, p. 133. Que argumenta: “A linguagem da escrita não está encarregada de representar o real, mas de significá-lo”.

¹¹ Conforme expressa S. MARTON, em “Por uma filosofia dionisíaca”, *Kriterion* n. LXXXIV, 1994, p. 10: “Mera convenção linguística, a verdade acaba por confundir-se com a mentira: ‘ser verídico’ equivale a conformar-se em mentir gregariamente; ser mentiroso, a não se submeter ao que o grupo estabeleceu”.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

uma comunidade¹³. O estabelecimento da comunicação interpessoal depende do postulado de que os conceitos enunciados expressam as coisas em si mesmas, e que tais discursos são semanticamente verazes. Esse engodo, todavia, não passa de uma ilusão cognitiva, de certa maneira favorável ao existir em sociedade. Conforme Nietzsche argumenta de forma lapidar, “acreditamos saber algo acerca das próprias coisas, quando falamos de árvores, cores, neve e flores, mas, com isso, nada possuímos senão metáforas das coisas, não correspondem, em absoluto, às essencialidades originais”¹⁴. As metáforas, de acordo com os comentários de Kremer-Marietti, não produzem termos novos, mas deslocam a significação das palavras¹⁵. A linguagem seria, portanto, apenas um engenhoso artifício desenvolvido pelo ser humano para possibilitar tanto a facilitação do contato entre os membros das comunidades que interagem entre si como a dominação do ambiente circundante, da natureza. Segundo Santiago-Guervós,

A linguagem é também essencialmente metafórica, e pelo mesmo tampouco é capaz de descrever a realidade das coisas em si mesmas. O homem que crê que a linguagem é um meio para o conhecimento da verdade, se engana continuamente a si mesmo¹⁶.

Conseqüentemente, a idéia de um código verbal instituído por uma instância supra-sensível, ou que venha a recolher a sua força retórica e significação a partir deste é categoricamente desconsiderada na interpretação nietzschiana. Afinal, foram os seres humanos que elaboraram e desenvolveram a estrutura semântica e axiológica da linguagem; todavia, tal como no caso da formulação das convenções morais, concederam àquela um estatuto transcendente, de modo que desconhecem a sua origem e as condições pelas quais os seus ancestrais a criaram e aprimoraram ao longo do tempo. Para Nietzsche, “a exigência de

¹² NIETZSCHE, F. *Crepúsculo dos Ídolos ou como se filosofa com o martelo*. Trad. Paulo César de Souza. Companhia das Letras: São Paulo: 2006, § 5 e 6 : “Como o ‘mundo verdadeiro’ se tornou finalmente fábula”.

¹³ “A necessidade de comunicação, ligada à capacitação para tanto, não pode ser dimensionada em escala individual e particular; do ponto de vista de sua origem, essa necessidade de comunicação deve ser analisada em termos de toda uma raça, ou toda a espécie. De tal maneira que gerações sucessivas e raças inteiras acabaram por desenvolver, a partir da sua necessidade de comunicação, um imenso cabedal de capacidades comunicativas” (GIACÓIA JR, O. *Nietzsche como Psicólogo*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2001, p. 34).

¹⁴ NIETZSCHE, F. *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*, Trad. F. Barros. São Paulo: Hedra, 2007, § 1, p.33-34. Aproveitando uma idéia similar, há que se destacar que no “Curso sobre a Retórica” (compilado na edição portuguesa *Da Retórica*, Trad. de Tito Cunha, Lisboa: Ed. Vega), p. 45, Nietzsche salienta que “A essência plena das coisas nunca é apreendida. As nossas expressões verbais nunca esperam que a nossa percepção e nossa experiência nos tenham fornecido sobre a coisa um conhecimento exaustivo e, de algum modo, respeitável”. Volker Gerhardt, em *Pathos und Distanz*. (Stuttgart: Reclam, 1988, p. 18), considera que os conceitos “deixam apenas conhecer nossa relação com as coisas, nunca, contudo, estas coisas mesmas”.

¹⁵ KREMER-MARIETTI, A. *Nietzsche et la Rhétorique*. Paris: PUF, 1992, p. 119.

¹⁶ SANTIAGO-GUERVÓS, L. E. *Arte y Poder – aproximación a la estética de Nietzsche*. Madrid: Trotta, 2004, p. 422.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

um modo de expressão adequado é um disparate: é da essência de uma linguagem, de um meio de expressão, exprimir uma mera relação”¹⁷. Em vista disso, Nietzsche exclui qualquer possibilidade da linguagem representar os objetos tais como eles o são em sua pretensa realidade essencial, uma vez que a imprecisão das palavras em relação aos objetos originais e a arbitrariedade da linguagem desenvolvida pelo homem nos conduzem a denominações semânticas nitidamente insuficientes, que de modo algum podem apreender a totalidade das qualidades e dos aspectos singulares dos objetos enunciados; mais ainda, poder-se-ia até mesmo colocar em xeque a questão de que se de fato existe essa pretensa realidade essencial considerada como o substrato de todas as coisas, que a concepção metafísica da linguagem postula compreender mediante a descrição rigorosa dos atributos de uma dada coisa, como se ela conhecesse a sua essência. Tal perspectiva, no entanto, desconhece a atividade subjetiva nos atos de enunciação acerca de algo, processo motivado por circunstâncias puramente particulares e contingentes. “A linguagem é retórica porque apenas quer transmitir uma *doxa*, e não uma *episteme*”¹⁸, tal como assinala Nietzsche. Analisando essa problemática nietzschiana, Eugen Fink afirma que “o homem crê em coisas, mas não existe nenhuma coisa; crê no “ente”, mas este ente é sua própria criação, essa trama conceitual continuamente lançada nas ondas do vir-a-ser”¹⁹. Prosseguindo em seu empreendimento pela revelação dos segredos acerca do processo de formação da linguagem, Nietzsche reitera que

Dispostas lado a lado, as diferentes línguas mostram que, nas palavras, o que conta nunca é a verdade, jamais uma expressão adequada: pois, do contrário, não haveria tantas línguas. A “coisa-em-si” (ela seria precisamente a pura verdade sem quaisquer conseqüências) também é, para o criador da linguagem, algo totalmente inapreensível e pelo qual nem de longe vale a pena esforçar-se. Ele designa apenas as relações das coisas com os homens e, para expressá-las, serve-se da ajuda das outras metáforas²⁰.

A criação das palavras decorre de um anseio de se permitir efetivamente a designação dos objetos através do uso da convenção entre os homens, os quais, ao se depararem com a

¹⁷ NIETZSCHE, F. *Sämliche Werke. Kritische Studienausgabe*. Ed. Org. por Giorgio Colli e Mazzino Montinari. 15 Vols. Berlim: Walter de Gruyter, 1967-1978. KSA XIII, Frag. Post. 14 [122].

¹⁸ NIETZSCHE, F. “Curso sobre a Retórica”, In *Da Retórica*. Trad. Tito Cardoso e Cunha. Lisboa: Vega, 1999, p. 46.

¹⁹ FINK, E. “Nova experiência de mundo em Nietzsche”. Trad. S. S. Goldberg In: MARTON, S. (org.) *Nietzsche Hoje?* São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 178.

²⁰ NIETZSCHE, F. *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*, Trad. Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2007, § I, p. 31-32. Comentando essa idéia nietzschiana, Fernando Belo salienta em *Leituras de Aristóteles e de Nietzsche*, São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 223, que “A existência de línguas diferentes mostra suficientemente que não se chega nem à verdade nem à expressão adequada das coisas através das palavras”

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

surpreendente realidade, se viram diante da necessidade de “etiquetar”, “rotular” os objetos, através de palavras que porventura acreditavam ter algum tipo de vínculo ontológico com as coisas que se ansiava designar. Conforme argumenta Leon Kossovitch, a designação é uma operação simplificadora, pois a distância entre a palavra e a coisa é insuperável: a linguagem está sempre aquém do objeto, assim como a identidade é o esvaziamento da diferença²¹. É difícil expressarmos a originalidade de um pensamento mediante a linguagem ordinária, pois a comunicação exige a simplificação das vivências, uma vez que ela só pode transmitir o sentido das coisas mediante o discurso através de uma redução semântica ou abreviação das experiências, o que resulta numa dinâmica cognitiva completamente artificial.²² Para Nietzsche,

Já não nos estimamos suficientemente quando nos comunicamos. Nossas verdadeiras vivências não são nada loquazes. Não poderiam comunicar a si próprias, ainda que quisessem. É que lhes faltam as palavras. Aquilo para o qual temos palavras, já o deixamos para trás. Em toda fala há um grão de desprezo. A linguagem, parece, foi inventada apenas para o que é médio, mediano, comunicável. O falante já se *vulgariza* com a linguagem – de uma moral para surdos, mudos e outros filósofos²³.

Esse grande problema comunicativo decorre do seguinte fator: ao intitular um dado objeto através de um nome convencionado, os homens, devido a uma terrível necessidade de se conceder um caráter universal à linguagem e ao discurso, se encontram na urgência de retirarem deste objeto o seu caráter de singularidade em relação aos demais objetos que se enquadram no mesmo gênero, em prol da afirmação de supostos caracteres comuns, universais, atividade que motiva assim a formulação de entidades ideais, arquétipos dos quais derivariam a multiplicidade dos objetos concretos percebidos na experiência²⁴. Este é o cerne da filosofia da representação, a qual se caracteriza pela idéia de que objetos concretos seriam

²¹ KOSSOVITCH, L. *Signos e poderes em Nietzsche*. São Paulo: Azougue, 2004, p. 86.

²² Segundo S. MARTON, em seu artigo “Novas líras para novas canções: reflexões sobre a linguagem em Nietzsche”. *Ide*, v.30(44), 2007, p. 37: “Para comunicar, é preciso partir de um solo comum. Não basta ter as mesmas idéias, abraçar as mesmas concepções. Tampouco basta atribuir às palavras o mesmo sentido ou recorrer aos mesmos procedimentos lógicos. É preciso bem mais; é preciso partilhar experiências, comungar vivências. No limite, todo comunicar é tornar comum. Traduzido na consciência e na linguagem, o pensamento já se apresenta sob uma certa perspectiva: a gregária. As idéias, e até as ações de um indivíduo, quando se tornam conscientes e se expressam em palavras, podem vir a perder o que têm de pessoal, singular, único; passando pelo filtro da gregariedade, correm o risco de se tornarem comuns”.

²³ NIETZSCHE, F. “Incurções de um extemporâneo” in *Crepúsculo dos Ídolos ou como se filosofa com o martelo*. Trad. Paulo César de Souza. Companhia das Letras: São Paulo: 2006, § 26, p.78-79.

²⁴ Para um maior esclarecimento desse tema, vejamos os comentários de Sílvia P. V. Rocha em *Os abismos da suspeita: Nietzsche e o perspectivismo*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 98: “Nomear é atribuir

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

apenas repetições imperfeitas da essência original, classificados de acordo com um grupo de pretensas características comuns, excluídas as diferenças individuais e as suas singularidades intrínsecas. A finalidade da linguagem, assim como do conhecimento que dela deriva, tornou-se a substituição da pluralidade, a negação do mundo, o niilismo²⁵. A linguagem não pode expressar o que é singular e autenticamente único, já que seu elemento próprio é o abstrato, aquilo que é abstraído de um de outro, o ele que os liga, o centro médio entre eles, aquilo que, por ser comum a ambos, não é mais, estritamente, nem um, nem outro²⁶. O ato de nomear consiste então na imposição de identidade ao múltiplo, ao móvel, através da supressão das diferenças, mas esse processo semântico é esquecido no decorrer do tempo, de modo que se passa a acreditar na existência de abstrações independentes da mente humana. O esquecimento nos faz crer que este mundo ordenado e hierarquizado (pela racionalidade humana) não é fruto de uma atividade humana vital, mas é um mundo já dado, um mundo de essências. O exemplo que Nietzsche nos fornece sobre o objeto natural que denominamos por “folha” nos permite elucidar esta questão nevrálgica do esquecimento humano na formulação dos conceitos lingüísticos:

Todo conceito surge pela igualação do não-igual. Tão certo como uma folha nunca é totalmente igual a uma outra, é certo ainda que o conceito de folha é formado por meio de uma arbitrária abstração dessas diferenças individuais, por um esquecer-se do diferenciável, despertando então a representação, como se na natureza, além das folhas, houvesse algo que fosse “folha”, tal como uma forma primordial de acordo com a qual todas as folhas fossem tecidas, desenhadas, contornadas, coloridas, encrespadas e pintadas, mas por mãos ineptas, de sorte que nenhum exemplar resultasse correto e confiável como cópia autêntica da forma primordial²⁷.

Portanto, é possível se constatar nitidamente que essa inclinação a se conceder um caráter de universalização do objeto através de supostas noções comuns, motiva o surgimento de um abstracionismo metafísico da linguagem, pois os conceitos, nessa proposta, seriam utilizados para instituir a noção de um objeto em si, tal como uma pretensa Idéia platônica, atemporal, da qual emanariam todas as formas singulares. Todavia, para se alcançar esse estado de conceito “puro” universalizável para um grupo de homens em prol do mútuo

identidade a um mundo que só apresenta diferenças. A palavra isola, num mundo em perpétuo devir, determinados grupos de ações, selecionando arbitrariamente algumas características e ignorando outras.”

²⁵ MOSÉ, V. *Nietzsche e a grande política da linguagem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 91.

²⁶ GIACÓIA JÚNIOR, O. *Nietzsche como psicólogo*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2001, p. 39.

²⁷ NIETZSCHE, F. *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*, Trad. Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2007§1, p.35-36.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

entendimento, as definições humanas para as coisas deveriam passar por um processo de eliminação dos sentidos polivalentes dos vocábulos compartilhados, pois, como destaca Foucault, no esclarecimento dessa questão, há que se dizer que nos primórdios da humanidade, quando as palavras eram raras, quando as paixões as modificavam ou as fundavam simultaneamente, as palavras tinham um grande poder de deslocamento²⁸. Ora, essa falta de precisão semântica, decorrente da singularização de cada palavra nos múltiplos discursos possíveis, poderia talvez redundar em uma espécie de anarquia linguística, prejudicando a perpetuação do grupo social. Nessas circunstâncias se compreende o motivo epistemológico que faz com que as incontáveis folhas que existem na natureza, cada qual distinta uma da outra, sejam agrupadas no conceito “folha”, sem que, todavia, em nenhum momento se leve em consideração as diversas diferenças que todas essas folhas possuem umas das outras, como tamanho, cheiro, peso, cor etc. Inclusive, esmiuçando ainda mais as particularidades dessas diferenças, pode-se comprovar que até as folhas de uma mesma árvore podem ser distintas umas das outras, ainda que de modo quase imperceptível para o desatento olhar humano, incapaz de perceber de forma plena as múltiplas expressões sensíveis de uma coisa. Mediante o problema colocado, Nietzsche nos instiga a pensar que

Denominamos um homem honesto; perguntamos então: por que motivo ele agiu hoje de modo tão honesto? Nossa resposta costuma ser a seguinte: em função de sua honestidade. A honestidade! Uma vez mais, isso significa: a folha é a causa das folhas. Nada sabemos, por certo, a respeito de uma qualidade essencial que se chamaria honestidade, mas, antes do mais, de inúmeras ações individualizadas e, por conseguinte, desiguais, que igualamos por omissão do desigual e passamos a designar, desta feita, como ações honestas; a partir delas formulamos, finalmente, uma *qualitas occulta* com o nome: honestidade²⁹.

Comentando a questão enunciada acima, Fernando Barros salienta que, a despeito de figurar em princípio como uma propriedade accidental do sujeito da proposição, o termo “honesto” dá a entender que a própria “honestidade” pertence à essência do sujeito em questão, não só como atributo, mas como substância, já que foi em virtude desse termo que a denominação ganhou sentido, de sorte que a alardeada diferença entre essência e acidente não seria nada inconcusso, mas algo inteiramente casual, o que também revelaria a tautologia

²⁸ FOUCAULT, M. *As Palavras e as coisas* – Uma arqueologia das Ciências Humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 161.

²⁹ NIETZSCHE, F. *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*, Trad. Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2007, § I, p. 36.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

subjacente à própria linguagem: o ser do homem honesto estaria, no fundo, no fato dele ser honesto.³⁰ O ser humano é capaz de legitimar, através da oportunidade de se valer da deficiência das suas próprias percepções sensíveis, tendo em vista a promoção da supressão das diferenças, a afirmação da idéia de uma “folha em si”, utilizando-se do princípio de identidade na distinção entre os objetos, organização lógica da realidade que motiva o reducionismo axiológico da multiplicidade. Conforme argumenta Viviane Mosé acerca do questionamento nietzschiano,

A linguagem é produto da necessidade psicológica da exclusão das diferenças, da vontade de nivelamento e redução, do medo da pluralidade e do conflito. Ao invés de uma convenção necessária, capaz de aumentar o poder de atuação do homem no mundo, a palavra se tornou o sinônimo das coisas. Mais do que isso, a crença na correspondência entre as palavras e as coisas terminou por sustentar a vontade de negação da vida, que, ao contrário da convenção dos signos, é mudança, conflito, imprevisibilidade, desconhecimento³¹.

Se uma coisa tão simples e tênue como uma folha pode motivar tal polêmica, imaginemos a universalização sobre as definições qualitativas das ações e disposições humanas tais como a honestidade, a temperança etc. Pode-se comprovar que as virtudes, vícios ou quaisquer outras qualidades morais ou modos de ser que se consideram como pertencentes ao âmbito axiológico humano não são valores ou conceitos que existam por si próprios, devido ao fato de que, de acordo com a visão de mundo peculiar de uma dada sociedade, o que é considerado nela como virtude, pode ser caracterizado como um vício em outra. Nessas circunstâncias, o ato de se postular a existência de valores absolutos que legislem sobre a condição humana como um todo denota uma incompreensão acerca da singularidade existente na criação dos costumes e tradições de cada sociedade, e mesmo que haja interações entre diversas perspectivas valorativas morais mediante o contato entre os indivíduos, cada parâmetro moral, efetivamente, corresponde apenas ao conjunto de pessoas que se associam intrinsecamente a tais valores. Todavia, em decorrência da disposição sectária de se estabelecer a universalização de conceitos e critérios axiológicos, os detentores do poder moral e social vislumbram a imposição de tais valores aos demais homens, independentemente das diferenças culturais existentes entre eles. Esse processo de universalização axiológica nasce do anseio de se postular a existência de uma idéia de

³⁰ BARROS, F. *O pensamento musical de Nietzsche*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 86.

³¹ MOSÉ, V. *Nietzsche e a grande política da linguagem*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 19.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

verdade metafísica, livre das contingências da vida concreta. Desse modo, o homem vislumbra a presença da veracidade na sua vida por uma necessidade rigorosamente moral, como garantia de existência de um substrato metafísico que transcenda os seus limites pessoais, fazendo com que sua própria vida seja justificada moralmente. Todavia, o partidário de tal disposição valorativa desconhece o caráter imanente presente na elaboração da idéia de verdade, que, apesar de associada aos parâmetros racionais da lógica, se caracteriza por pretender negar o múltiplo, o fluxo criativo de perspectivas. Nietzsche enuncia a seguinte questão:

Origem do lógico - De onde surgiu a lógica na mente humana? Certamente do ilógico, cujo domínio deve ter sido enorme no princípio. Mas incontáveis outros seres, que inferiam de maneira diversa da que agora inferimos, desapareceram: e é possível que ela fosse mais verdadeira! Quem, por exemplo, que não soubesse distinguir com bastante frequência o “igual”, no tocante à alimentação, ou aos animais que lhe eram hostis, isto é, quem subsumisse muito lentamente, fosse demasiado cauteloso na subsunção, tinha menos probabilidades de sobrevivência do que aquele que logo descobrisse igualdade em tudo o que era semelhante. Mas a tendência predominante de tratar o que é semelhante como igual – uma tendência ilógica, pois nada é realmente igual – foi o que criou todo fundamento para a lógica. Do mesmo modo, para que surgisse o conceito de substância, que é indispensável para a lógica, embora, no sentido mais rigoroso, nada lhe corresponda de real – por muito tempo foi preciso que o que há de mais mutável nas coisas não fosse visto nem sentido; os seres que não viam exatamente tinham vantagem exatamente tinham vantagem sobre aqueles que viam tudo “em fluxo” (...)³².

Essa explanação pretende reiterar a hipótese desenvolvida por Nietzsche de que a linguagem não possui amplitude para designar as diversas acepções éticas da vida humana, os seus valores e condutas, mas somente conceder termos imprecisos, vagamente delineados pelo poder descritivo da linguagem³³. As nossas expressões verbais, derivadas das transposições semânticas das percepções (intrinsecamente relativas e parciais) acerca das coisas com as quais nos relacionamos, acabam por impedir que se possa obter um conhecimento absoluto

³² NIETZSCHE. *A Gaia Ciência*. Trad. de P. C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, § 111. Como adendo a esta questão, vejamos os argumentos de Vânia Dutra de Azeredo, em *Nietzsche e a aurora de uma nova ética*, São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2008, p.53: ”O signo, enquanto unidade básica de um sistema de significação, funciona como um estabilizador, ou seja, algo que concentra a pluralidade em uma aparente unidade de sentido, donde decorre a possibilidade de determinação de *um* significado como *o* significado.

³³Tal como Olímpio Pimenta expõe em *A Invenção da Verdade*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 34, “Ordenar os fatos da experiência pelo pensamento e pela palavra é constrangê-los a se associar em significações contingentes, provisórias, que dizem muito da intenção de quem o faz e muito pouco de uma possível natureza desses mesmos fatos”

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

sobre aquilo que enunciamos discursivamente, assim como a transmissão plena desses conteúdos. É em decorrência dessa questão que Nietzsche enuncia a sentença de que “toda palavra é um prejuízo”, pois nunca ela abarca a pluralidade de significados que podem ser representados no pronunciamento do discurso³⁴. Todavia, em decorrência da inserção de valorações morais no âmbito das práticas comunicativas, o falante crê que o seu discurso é capaz de não só enunciar expressões verbais adequadas acerca de uma dada coisa, mas também de que esse discurso representa a totalidade de possibilidades semânticas dessa coisa; essa situação de dá mediante a crença de que os conceitos lingüísticos existem de antemão ao discurso humano, de modo que se é levado a compreendê-los como independentes da ação seletora da mente humana que, ao cotejar diversos objetos visualmente similares entre si, postula a existência de caracteres comuns.

Os indivíduos de uma comunidade primordial, em prol da possibilidade de se vir a estabelecer os mais rudimentares níveis de contato entre seus pares, excluem os caracteres considerados mais discrepantes em relação a um acontecimento ou um objeto, de modo que se permita a formação de conceitos abstratos, seja acerca de um objeto ou de uma qualidade de ação ou mesmo de uma disposição de caráter. Segundo José Thomaz Brum, “perceber os objetos como idênticos, unos e permanentes já é, pois, obra (ou arte) do intelecto humano”³⁵. Portanto, a perspectiva de Nietzsche nos permite afirmar que de modo algum seriam as Idéias ou a coisa-em-si que constituiriam o intelecto humano, mas este é que constitui a fabulação da existência de “Idéias” e de uma pretensa “coisa-em-si” mediante a sua necessidade de realizar abstrações gerais sobre tudo aquilo que é múltiplo³⁶. Os universais não são entidades independentes da mente humana, mas meras criações desta no seu processo reducionista em relação ao real. Para Eugen Fink,

O conhecimento humano em ordem conceitual é uma mentira no “sentido extra-moral”, uma mentira que falseia o mundo, que faz dele enganosamente uma ordem fixa e sólida de coisas singulares articuladas em gêneros e espécies. O postulado de Nietzsche é que a verdadeira realidade é vir-a-ser, não-ser. O ser é a mentira da razão, de ilusão do conceito, que nos esconde o jogo cambiante do vir-a-ser³⁷.

³⁴ NIETZSCHE, F. *Humano, demasiado humano* II – “O Andarilho e sua sombra”. Trad. de P. C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, § 55.

³⁵ BRUM, J. T. *Nietzsche e as artes do intelecto*. Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 62.

³⁶ Conforme argumenta Fernando Belo em *Leituras de Aristóteles e de Nietzsche*, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994, p. 226: “As coisas só têm costas e superfície, não têm “dentro” que se possa conhecer”.

³⁷ FINK, E. “Nova experiência de mundo em Nietzsche”. Trad. de S. S. Goldberg. In: Scarlett Marton (org.) *Nietzsche Hoje?* São Paulo: Brasiliense, 1985, 177-178.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

A linguagem esforça-se em sustentar a ordem dos valores morais, negando assim o acaso e contingência nas ações humanas e nos seus atos descritivos. O grande problema filosófico dessa questão decorre justamente do evidente ato de alienação do homem em relação aos frutos de sua própria criação semântica, situação esta que o faz acreditar na transcendência das suas próprias obras em relação a ele próprio. Decorrem desta circunstância os equívocos lógicos e as grandes controvérsias semânticas no âmbito da dinâmica da linguagem. Obviamente, devemos considerar que este mecanismo é empreendido como um método prático de se garantir a possibilidade de comunicação entre os seres humanos, quando estes necessitam desenvolver um modo de vida gregário, instituído a partir do momento em que o homem abandona o seu estado de nomadismo, de instabilidade, em prol de sua fixação e estabilidade em territórios desconhecidos, muitas vezes hostis. Para conseguir sobreviver, o homem necessita que se estabeleça um código semântico no qual todos tenham a possibilidade de participar, e somente a partir deste momento se torna possível a ampliação do intercâmbio de informações. A força da comunicação, que impulsiona o homem em direção ao mundo elaborado por signos, esquemas e abstrações, não se sustenta apenas no uso das mesmas palavras, de modo que cada palavra deve estar vinculada uma vivência semelhante, o que significa que é preciso, para existir comunicação, que as pessoas tenham uma experimentação comum das coisas, e mesmo uma vida em comum, conforme salienta Viviane Mosé³⁸. É importante destacarmos que Nietzsche ressalta que, em nome da sobrevivência, da conservação da vida, muitas vezes é necessário se burlar os códigos morais instituídos, através da inversão dos valores referentes tanto em relação à “verdade” quanto à “mentira”, posto que, tradicionalmente, se considera o discurso verdadeiro como “perfeito”, “virtuoso” ou “justo”, enquanto o discurso falacioso se vincula à ordem do vício, da degenerescência moral, em uma curiosa associação entre linguagem veraz e moralidade no âmbito da vida em sociedade:

Enquanto o indivíduo, num estado natural das coisas, quer preservar-se contra outros indivíduos, ele geralmente se vale do intelecto apenas para a dissimulação: mas, por que o homem quer, ao mesmo tempo, existir socialmente e em rebanho, por necessidade e tédio, ele necessita de um acordo de paz e empenha-se então para que a mais cruel *bellum omnium contra omnes* ao menos desapareça de seu mundo. Esse acordo de paz traz

³⁸ MOSÉ, V. *Nietzsche e a grande política da linguagem*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 116-117.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

consigo, porém, algo que parece ser o primeiro passo rumo à obtenção daquele misterioso impulso à verdade. Agora, fixa-se aquilo que, doravante, deve ser “verdade”, quer dizer, descobre-se uma designação uniformemente válida e impositiva das coisas, sendo que a legislação da linguagem fornece também as primeiras leis da verdade: pois aparece, aqui, pela primeira vez, o contraste entre verdade e mentira; o mentiroso serve-se das designações válidas, as palavras, para fazer o imaginário surgir como efetivo; ele diz, por exemplo, “sou rico”, quando para seu estado justamente “pobre” seria a designação mais acertada. Ele abusa das convenções consolidadas por meio de trocas arbitrárias ou inversões dos nomes, inclusive. Se faz isso de uma maneira individualista e ainda por cima nociva, então a sociedade não confiará mais nele e, com isso, tratará de excluí-lo. Nisso, os homens não evitam tanto ser ludibriados quanto lesados pelo engano. Mesmo nesse nível, o que eles odeiam fundamentalmente não é o engano, mas as conseqüências ruins, hostis, de certos gêneros de enganos. Num sentido semelhantemente limitado, o homem também quer apenas a verdade. Ele quer as conseqüências agradáveis da verdade, que conservam a vida; frente ao puro conhecimento sem conseqüências ele é indiferente, frente às verdades possivelmente prejudiciais e destruidoras ele se indispõe com hostilidade, inclusive. E mais até: como ficam aquelas convenções da linguagem? São talvez produtos do conhecimento, do sentido da verdade: as designações e as coisas se recobrem? Então a linguagem é a expressão adequada a todas as realidades? Apenas por esquecimento pode o homem alguma vez chegar a imaginar que detém uma verdade no grau ora mencionado³⁹.

O trecho final da citação anterior nos remete novamente, tal como um “leitmotiv nietzschiano”, a uma situação de grande importância: qual o poder e amplitude da linguagem em representar a totalidade do real? Porventura ela possui uma estrutura lógica, uma consistência intrínseca que permita que se expressem por meio dela todas as possibilidades de significados acerca de um dado objeto no mundo? A linguagem é o simulacro da singularidade obstinada de nosso fantasma: pois se recorremos à linguagem é porque através da fixidez dos signos ela oferece também o equivalente da nossa singularidade obstinada; e se também podemos credenciar, pela linguagem, como “verdadeira” uma idéia “falsa” para nós mesmos, cuja única “verdade” é nossa repulsa de trocar nossos fantasmas por qualquer idéia institucional, é porque a fixidez dos signos simula, ao mesmo tempo, a resistência do meio institucional⁴⁰. Após refletirmos estas questões, podemos compreender com clareza o sentido da célebre indagação de Nietzsche:

O que é, pois, a verdade? Um exército móvel multiplicidade de metáforas, metonímias, antropomorfismos, numa palavra, uma soma de relações humanas que foram realçadas poética e retoricamente, transpostas e

³⁹ NIETZSCHE, F. *Sobre Verdade e Mentira no sentido extra-moral*, Trad. Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2007, §1, p. 29-30.

⁴⁰ KLOSSOWSKI, P. *Nietzsche e o círculo vicioso*. Trad. de H. S. Lencastre. Rio de Janeiro: Pazulin, 2000, p. 286.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

adornadas, e que, após uma longa utilização, parecem a um povo consolidadas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões das quais se esquece que elas assim o são, metáforas que se tornaram desgastadas e sem força sensível, moedas que perderam seu toque e agora são levadas em conta apenas como metal, e não mais como moedas ⁴¹.

De certo modo, pode-se afirmar que a concepção da linguagem elaborada por Nietzsche se aproxima de modo surpreendente da teoria nominalista, cuja perspectiva gnosiológica perante as questões e problemas suscitados pela natureza da linguagem consistia na defesa da hipótese de que os universais seriam apenas conteúdos elaborados pela mente humana, expressos através de um nome arbitrário convencionado pelo homem de acordo com sua arbitrariedade e contingências circunstanciais. O nominalismo surge no período da Baixa Idade Média, como contraposição às teorias realistas da linguagem, a qual de dividia na perspectiva platônica (para a qual, conforme visto anteriormente ao longo dessa exposição, os universais seriam realidades abstratas, existentes independentemente da mente humana, em si mesmas) e aristotélica, (considerando que os universais são as formas, existindo apenas nas substâncias individuais, embora possam ser concebidos pela mente separadamente), além da conceitualista (os universais são conceitos, entidades mentais). Estas perspectivas adquiriram renome a partir da célebre “querela dos universais”, polêmica intelectual que jamais encontrou um desfecho consensual⁴². Conforme a hipótese nominalista, os universais seriam, portanto, meras entidades lingüísticas, simples termos gerais, que não possuem nenhuma realidade específica correspondente. Podemos dizer que essa perspectiva concede grande importância para a criatividade humana no que refere ao processo de designação das coisas, pois considera a linguagem um instrumento elaborado pelo homem para potencializar o seu contato com o mundo exterior e a interação com os demais seres humanos. Desse modo, trata-se de uma tendência muito distante do realismo platônico, que considera os conceitos independentes da intervenção das faculdades mentais do homem, na qual este simplesmente se adapta a uma estrutura de signos já constituídos, sem possibilidade de afirmação dos valores contingentes da esfera humana. A perspectiva nominalista e as reflexões de Nietzsche

⁴¹ NIETZSCHE, F. *Sobre Verdade e Mentira no sentido extra-moral*, Trad. Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2007, §1, p. 36-37.

⁴² Porfírio de Tiro é considerado o filósofo que motivou o desenvolvimento dessa querela, mediante os seus comentários ao texto das *Categorias* de Aristóteles, compilado no *Órganon*; tal polêmica consiste, no que tange aos gêneros e as espécies, saber se são realidades subsistentes em si mesmas ou se consistem apenas em simples conceitos mentais ou, admitindo que sejam realidades subsistentes, se são corpóreas ou incorpóreas e, neste último caso, se são separadas ou se existem nas coisas sensíveis e delas dependem. (Cf. PORFÍRIO. *Isagoge*. Trad. de B. S. Santos. São Paulo: Attar, 2002, p.35-36).

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

sobre a natureza da linguagem, pelo contrário, consideram que existe a adaptação da estrutura morfológica das palavras às circunstâncias nas quais o indivíduo vive em seu cotidiano.

É o recorte da linguagem que instaura a própria realidade que ela parece delinear semanticamente, o que significa que não existem entidades ontológicas por detrás ou para além da linguagem. O homem não habita um mundo de coisas, que a linguagem se encarregaria de nomear: uma coisa é já uma construção da linguagem, é já uma produção do intelecto. Nietzsche, de acordo com Sylvia Rocha, aproximando-se do nominalismo medieval, leva-o, no entanto, às últimas conseqüências, pois se os nominalistas se limitavam a afirmar os universais como ilusões produzidas pela linguagem, para Nietzsche essa ilusão se dá no caso dos próprios seres individuais⁴³. Nessas condições, a investigação dos processos semânticos da linguagem conduz inevitavelmente a uma reflexão aguda sobre a própria idéia de subjetividade. Conforme argumenta José Thomaz Brum, trata-se da superação do mundo do Ser, onde a ordem divina garante uma harmonia preestabelecida entre a cognição humana e o conhecimento das essências, concretizando-se a contingência e a necessidade de se devolver ao homem a capacidade de legislar e criar sentidos para as coisas.⁴⁴ O homem é o criador da idéia de verdade, e se ele transfere para uma dimensão abstrata a sua própria criação, tal alienação se dá por uma necessidade metafísica-moral de se acreditar guiado por uma racionalidade universal, necessidade essa humana, demasiadamente humana, a despeito de sua postulada origem superior.

Conclusão

As considerações de Nietzsche acerca das questões da natureza arbitrária da linguagem, do convencionalismo das palavras e da vontade de veracidade existente nos discursos científicos e filosóficos podem ser consideradas de grande importância para as reflexões acerca da pluralidade dos códigos lingüísticos existentes no mundo e da possibilidade de existir interações consistentes qualitativas entre portadores de signos lingüísticos distintos. Ainda que ocorram as naturais dificuldades intrínsecas da “Torre de Babel” do mundo, enquanto considerado em suas inúmeras possibilidades de linguagem e

⁴³ ROCHA, S. *Os abismos da suspeita: Nietzsche e o perspectivismo*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 101-102. Para mais detalhes da possível convergência de Nietzsche com o nominalismo medieval, cf. TÜRCKE, C. *O Louco: Nietzsche e a mania da razão*. Trad. de A. C. P. de Lima. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 42-43; LOPES, R. A. *Elementos de Retórica em Nietzsche*, São Paulo: Loyola, 2006, p. 78.

⁴⁴ BRUM, J. T. *Nietzsche e as artes do intelecto*, Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 24.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

discurso, no anseio do ser humano em se conseguir estabelecer contato efetivo entre a multiplicidade dos povos, a obra de Nietzsche favorece a compreensão da idéia do caráter singular e particular de cada disposição linguística.

A idéia da linguagem e da palavra considerados como mera convenção humana retira destas instâncias o caráter transcendente que os próprios homens teriam lhe outorgado, dissipando o “sonho” de que existiria um idioma, uma língua perfeita, que porventura venha a ser mais próxima e elaborada do que as demais línguas da existência de uma suposta verdade. Tal concepção permite estabelecer, no âmbito da linguagem, a idéia do sentimento de alteridade na relação entre membros de dois povos distintos que interagem entre si por meio do discurso verbal, dissipando assim a possibilidade de sentimento ufanista de se considerar uma língua gramaticalmente superior. Em suma, a afirmação do caráter convencional da linguagem permite a superação da preconceituosa idéia da existência de uma antítese entre as línguas “bárbaras”, “primitivas” ou “inferiores”, e a “civilizada”, favorecendo, para o indivíduo que conhece positivamente a existência dos citados caracteres arbitrários e convencionais da linguagem, a compreensão de que cada código lingüístico expressa ao seu modo semântico a sua compreensão do real.

Referências

- ARISTÓTELES. *Órganon*. Trad. E. Bini. São Paulo: Edipro, 2004.
- AZEREDO, V. D. *Nietzsche e a aurora de uma nova ética*. São Paulo: Humanistas/Fapesp, 2008.
- BARROS, F. M. *O Pensamento musical de Nietzsche*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BARTHES, R. *Mitologias*. Trad. R. Buongiorno e Pedro de Souza. São Paulo: DIFEL, 1995.
- BELO, F. *Leituras de Aristóteles e de Nietzsche*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994.
- BLONDEL, E. “As Aspas de Nietzsche: Filologia e Genealogia” In: Scarlett Marton (org.) *Nietzsche Hoje?* Trad. Milton Nascimento. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 110-139.
- BRUM, J. T. *Nietzsche e as artes do intelecto*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- FINK, E. “Nova experiência de mundo em Nietzsche”. In: Scarlett Marton (org.) *Nietzsche Hoje?* Trad. Sonia Salzstein Goldberg. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 168-192.
- FOUCAULT, M. *As Palavras e as coisas – Uma arqueologia das Ciências Humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GERHARDT, V. *Pathos und distanz - Studien zur Philosophie Friedrich Nietzsche*. Stuttgart: Reclam, 1988.
- GIACÓIA JÚNIOR, O. *Nietzsche como psicólogo*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2001.
- KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1989.
- KLOSSOWSKI, P. *Nietzsche e o círculo vicioso*. Trad. Hortênsia S. Lencastre. Rio de Janeiro: Pazulin, 2000.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

- KOSSOVITCH, L. *Signos e poderes em Nietzsche*. São Paulo: Azougue Editorial, 2004.
- KREMER-MARIETTI, A. *Nietzsche et la Rhétorique*. Paris: PUF, 1992.
- LOPES, R. A. *Elementos de retórica em Nietzsche*. São Paulo: Loyola, 2005.
- MARTON, S. “Novas líras para novas canções: reflexões sobre a linguagem em Nietzsche”. *Ide*, v.30(44), 2007, p. 32-39.
- _____. “Por uma filosofia dionisiaca”. *Kriterion* n. LXXXIV, 1994, p. 9-20.
- MOSÉ, V. *Nietzsche e a grande política da linguagem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- NIETZSCHE, F. *Sämtliche Werke. Kritische Studienausgabe*. Ed. Org. por Giorgio Colli eazzino Montinari. 15 Vols. Berlim: Walter de Gruyter, 1967-1978.
- _____. *Assim falava Zaratustra – um livro para todos e para ninguém*. Trad. Paulo Osório de Castro. Lisboa: Relógio D'Água, 1998.
- _____. *Crepúsculo dos Ídolos ou como se filosofa com o martelo*. Trad. Paulo César de Souza. Companhia das Letras: São Paulo: 2006.
- _____. *A Gaia Ciência*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Genealogia da Moral – Uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Humano, demasiado humano II – “Opiniões e sentenças diversas” e “O Andarilho e sua sombra”*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. *Da Retórica*. Trad. Tito Cardoso e Cunha. Lisboa: Vega, 1999.
- _____. *Sobre Verdade e Mentira no sentido extra-moral*. Trad. Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2007.
- PIMENTA, O. *A Invenção da Verdade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- PLATÃO. *Teeteto/Crátilo*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2003.
- PORFÍRIO DE TIRO. *Isagoge*. Trad. Bento Silva Santos. São Paulo: Attar Editorial, 2002.
- ROCHA, S. P. V. *Os abismos da suspeita – Nietzsche e o perspectivismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- SANTIAGO GUERVÓS, L. E. *Arte y Poder – aproximación a la estética de Nietzsche*. Madrid: Trotta, 2004.
- TÜRCKE, C. *O Louco: Nietzsche e a mania da razão*. Trad. Antônio Celiomar Pinto de Lima. Petrópolis: Vozes, 1993.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 181-200
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------